

# INSTITUTO ATOS DE AMOR

## ESTATUTO SOCIAL



### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO.

Art. 1º - O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** é uma Associação sem fins lucrativos, constituído em 15 de MARÇO de 2012, conforme publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL nº8.144 – página 74, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 15.454.003/0001-72, também designado neste estatuto como "IAA".

Art. 2º O IAA terá sua sede e foro no seguinte endereço à Avenida Ministro João Arinos de Souza, nº 4136 – Cep. 79041-005, Bairro Tiradentes, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 1º O IAA poderá atuar nacional e internacionalmente, criar filiais/unidades/departamentos, escritórios ou representação em qualquer área do território brasileiro e em outros países respeitando e adequando-se a legislação vigente em seus territórios.

§ 2º O IAA tem, como filial, uma unidade localizada à Rua Quintino Bocaiuva, 298 – Jardim Paulista, CEP 79.050-112, no município de Campo Grande/MS, criada através de ata averbada sob o nº57883 no livro A-225, no cartório do 4º Ofício de Campo Grande/MS, com CNPJ 15.454.003/0002-53, que é regida por este estatuto social, mantém a mesma razão social e adota o nome fantasia CASA DE MENINOS ATOS DE AMOR.

Art. 3º O IAA é uma Associação Civil, Organização não Governamental, Autônoma para fins culturais e de assistência, de Direito Privado, sem fins lucrativos e tempo indeterminado de duração, composta de número ilimitado de associados, sem qualquer preconceito de crença, raça, cor, sexo, preferência partidária ou categoria social, nacionalidade e profissão, observados os princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. Reger-se-á pelo presente estatuto, e normas de direito que lhes são aplicáveis.

Parágrafo primeiro – O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** terá como ação prioritária o desenvolvimento de projetos sócios educacionais que façam garantir a criança, ao adolescente, a família, o direito à alimentação, ao lazer, ao esporte, à cultura, à profissionalização, à dignidade da pessoa humana.

Art. 4º - O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** tem por finalidade e objetivos:

- I. Promover à assistência social a criança, ao adolescente, a família, a moradores de rua em situação de risco e exclusão social;
- II. Criar e manter Instituições Educacionais para oferecer a educação básica, nas etapas da educação infantil (creche e pré-escola) ensino fundamental e ensino médio, dentro dos princípios estabelecidos na legislação em vigor;
- III. Criar/ cursos de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, constituída por cursos e programas de formação, incluindo capacitação, aperfeiçoamento e atualização,



independente de escolaridade, não estando sujeita à autorização prévia do órgão competente do Sistema Estadual de Ensino;

- IV. Promover e estimular a cultura através da música, canto, dança, teatro, literatura, artes plásticas, artesanato, trabalhos manuais, cinematografia e bibliotecas, entre outros;
- V. Promover ações de educação e orientação em saúde básica e saúde pública, com realização de campanhas preventivas sobre doenças e epidemias;
- VI. Promover parcerias com universidades, escolas, núcleos de estudos, Ongs, Entidades Públicas, Privadas e Empresas;
- VII. Promover a segurança alimentar, nutricional, bem como, palestras para comunidades carentes com vistas à inclusão social; com ações que estimulem hábitos de vida saudável;
- VIII. Promover ações em Direitos Humanos, respeito às diferenças, fomento e valorização de uma cultura de paz;
- IX. Promover a execução de projetos, debates, estudos e divulgação de informações sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, preceitos constitucionais, conferências, convenções e tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos do qual o Brasil é signatário;
- X. Promover campanhas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos, com informações sobre leis e tratados internacionais que garantam seus direitos;
- XI. Atendimento a pessoas carentes, moradores de rua, migrantes, pessoas portadoras de necessidades especiais, dependentes químicos, e egressos do sistema prisional, independente de cor, raça, ou sexo;
- XII. Promover o acesso à habitação e o desenvolvimento urbano e rural, incentivando a construção de unidades habitacionais dentro do perímetro urbano e rural;
- XIII. Promover a prevenção ao uso e/ou abuso de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, tratamento, reabilitação, recuperação e reinserção social;
- XIV. Promover palestras, seminários, estudos, pesquisas e informações relativas às consequências do uso do álcool e outras drogas;
- XV. Promover e apoiar ações de redução de danos sociais e a saúde; decorrente do consumo de álcool e outras drogas;
- XVI. Realizar convênios/contratos com entidades públicas ou privadas para execução de gestão e programas sociais;
- XVII. Estruturar e manter biblioteca, videoteca e estúdio de gravação, publicar ou patrocinar publicação de CD, DVD, CVD, MD, filmagem e ainda, produção gráfica de boletins, jornais ou revistas, por si ou em colaboração com outros Institutos e Órgãos, no intuito de garantir a publicação, os direitos de participação e cidadania do público atendido;
- XVIII. Publicar jornais, revistas, folhetos, organizar cursos, debates, palestras, seminários, estabelecer convênios e acordo de cooperação com



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



entidades públicas ou privadas de caráter nacional ou internacional, bem como a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada FM de baixa potência de caráter estritamente cultural e comunitário;

- XIX. Estabelecer e manter casas lares para crianças e adolescentes, em situação de maus tratos, abandono, violência e abuso sexual;
- XX. Oferecer assistência religiosa, baseada nos valores e princípios bíblicos segundo os valores da fé cristã conforme Constituição Federal de 1988 (Art. 5º; inciso VII);
- XXI. Assistir, em regime de Casa Lar, promovendo e valorizando as crianças ou adolescentes menos favorecidos do sexo masculino com faixa etária de 4 a 12 anos (no acolhimento).

Art. 5º - A fim de cumprir ou ampliar suas finalidades o IAA se organizará em unidades de prestação de serviços tantas quantas se fizerem necessárias, bem como, se utilizará de unidades móveis como veículos de duas, quatro rodas ou mais e embarcações, as quais se regerão por estas disposições Estatutárias e do Regimento Interno.

## CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS ADMISSÃO

Art. 6º - O IAA é constituído por número ilimitado de associados, de ambos os sexos maiores de 18 anos, que satisfaçam as condições estabelecidas no Estatuto, distribuídos nas seguintes categorias: fundadores, efetivos, beneméritos e contribuintes.

I - Associados fundadores são todos que participaram da criação do IAA, assinando a Ata de constituição e o Estatuto Social.

II - Associados efetivos são todos aqueles que forem indicados pelos associados fundadores e/ou associados efetivos mais antigos, aprovados em Assembleia Geral.

III - Associados beneméritos são todos aqueles a critério dos associados, forem indicados à aprovação da Assembleia Geral, por relevantes serviços prestados ao IAA.

### DA EXCLUSÃO:

Art. 7º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, por violação ao Estatuto, observando-se, especialmente, como critérios de exclusão, o não cumprimento dos deveres dos associados conforme disposto no artigo 09º. Poderá também ocorrer, por sentença condenatória por violação da lei criminal, em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 8º - são direitos dos associados (fundadores, efetivos e beneméritos), quites com suas obrigações sociais:

- I- Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II- Tomar parte nas Assembleias Gerais;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



- III- Propor admissão de novos associados;
- IV- Apresentar, por escrito ou oralmente, as sugestões que julgar úteis ao desenvolvimento do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
- V- Solicitar à Diretoria informações sobre medidas ou ações desenvolvidas junto ao **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
- VI- Comunicar à Administração da instituição quaisquer irregularidades constatadas e ou verificadas.

Art. 9º – São deveres dos associados:

- I- Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II- Desempenhar com eficiência o cargo para qual for eleito ou indicado e ao qual tenha sido investido;
- III- Contribuir até o prazo acordado;
- IV- Zelar pela conservação dos bens do **Instituto Atos de Amor**;
- V- Comunicar, por escrito a Diretoria quando:
  - a) Não quiser continuar como associado;
  - b) Não puder aceitar ou continuar exercendo qualquer cargo;
  - c) Tiver novo endereço.

Art. 10 – O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** não distribui entre os seus associados, administradores, conselheiros, diretores, empregados e eventuais, os seus excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art.11– Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

### **CAPÍTULO III - DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO**

Art. 12 – O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** terá número ilimitado de prestadores de serviço voluntário, nos termos da Lei ao 9.608/99.

### **CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL, ADMINISTRAÇÃO E CONSELHOS.**

Art. 13 – A administração do **INSTITUTO ATOS DE AMOR** será composta dos seguintes órgãos:

- I- Assembleia geral;
- II- Administração;
- III- Conselho Fiscal Financeiro;
- IV- Conselho Fiscal Executivo.



Parágrafo único: O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** não remunera os administradores e o conselho fiscal para exercer estas funções.

Art. 14 – A Assembleia Geral é soberana nas resoluções administrativas e suas deliberações poderão ser tomadas por metade mais um de votos em relação à maioria de integrantes associados.

Art. 15 – A Assembleia Geral instalará pelo menos uma vez por ano ou quantas se fizerem necessárias com a competência de:

- I- Eleger e empossar a Administração e os Conselhos, por um período de 4 anos;
- II- Reformas do Estatuto;
- III- Extinção da entidade;
- IV- Alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V- Aprovar, reformar, alterar o Regimento Interno;
- VI- Exclusão dos associados e destituir os administradores;
- VII- Decidir sobre as formas de recursos para a manutenção da Instituição.

§ 1º – A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa. Da decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão caberá sempre recurso à Assembleia Geral.

§ 2º – Para as deliberações a que se referem aos incisos II e VII é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 16 – A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada exercício para:

- I- Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II- Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 17 – A Assembleia Geral se realizará Extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pela administração (presidente);
- II. Pelo Conselho Fiscal Financeiro ou Executivo;
- III. Por requerimento de um quinto dos associados quites com as suas obrigações sociais.

Art. 18º – A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulars ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de sete dias (lei 9790/99).

Parágrafo Único – Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação com qualquer número. É exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente



convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19 – O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** será composto por administradores eleitos e empossados na Assembleia Geral.

Parágrafo único – Os administradores assim como os conselhos, serão eleitos por um período de 4 (quatro) anos com direito a recondução, com a seguinte composição:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. 1º Secretário;
- IV. 2º Secretário;
- V. 1º Tesoureiro;
- VI. 2º Tesoureiro.

Art. 20 – Compete a administração:

- I- Elaborar e executar, programa anual de atividades;
- II- Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- III- Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

Art. 21 – A administração se reunirá semestralmente.

Art. 22 – Compete ao Presidente:

- I- Representar o **INSTITUTO ATOS DE AMOR** judicial e extrajudicialmente;
- II- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III- Presidir a Assembleia Geral;
- IV- Convocar e presidir as reuniões administrativas;
- V- Firmar convênio com o poder público ou privado;
- VI- Assinar as correspondências, abrir, rubricar e encerrar os livros da entidade;
- VII- Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, fazer aplicações e investimentos financeiros, assinar cheques e outros documentos pertinentes, sempre em conjunto com o Tesoureiro;
- VIII- Assinar escritura de compra e venda, de hipoteca, comodato e outras, junto com o Tesoureiro, após aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim;
- IX- Assinar as atas, o orçamento anual, ordenar as despesas, rubricar os livros da secretaria e do departamento financeiro, como também todos os papéis que dependam de sua assinatura;
- X- Organizar um relatório das ocorrências do ano anterior, apresentando-o à assembléia geral ordinária até o último dia de dezembro de cada ano, para a devida aprovação pelo poder competente, devendo o mesmo conter:

- a) Resumo das principais atividades realizadas no curso do ano anterior;





b) Balanço do exercício financeiro.



Art. 23 – Compete ao Vice-Presidente:

- I- Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III- Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Art. 24 – Compete ao Primeiro Secretário:

- I- Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II- Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- III- Lançar em livro próprio ou meio eletrônico as filiações de associados com seus dados completos;
- IV- Apresentar toda documentação necessária do **INSTITUTO ATOS DE AMOR** quando for solicitado;
- V- Preparar as correspondências e todo o expediente da secretaria do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
- VI- Redigir e ler as atas das sessões administrativas e das Assembleias.

Art. 25 – Compete ao Segundo Secretário:

- I- Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 26 – Compete ao 1º Tesoureiro:

- I- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II- Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III- Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV- Apresentar, anualmente, o balanço ao Conselho Fiscal;
- V- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI- Manter o numerário em instituição financeira;
- VII- Assinar, com o Presidente, os cheques para pagamento das contas do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
- VIII- Efetuar, mediante consulta, por escrito, aos membros da diretoria, coleta de preços, quando o valor for superior a 40% da receita anual do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**.

Art. 27 – Compete ao 2º Tesoureiro:

- I- Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;

*cl*



- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III- Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 28 – A Administração terá a composição de 06 (seis) membros e seus respectivos suplentes, o conselho fiscal financeiro e o conselho Fiscal Executivo terá a composição de 03 (três) membros cada um e seus respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º - O mandato dos Conselhos Fiscais coincide com o mandato da Administração;

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente até seu término.

Art. 29 – Compete ao Conselho Fiscal Financeiro:

- I- Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II- Elaborar os regimes de serviços necessários, subordinados a este estatuto;
- III- Referendar os técnicos que comporão as comissões especiais;
- IV- Examinar o balancete anual apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- V- Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VI- Relatar os atos financeiros da entidade ao Presidente e, após a Assembleia Geral;
- VII- Acompanhar a execução orçamentária da entidade, apreciando os atos que interessem a posição patrimonial do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**, e dar pareceres sobre as contas ao Presidente;
- VIII- Deliberar sobre as penalidades a serem aplicadas aos conselheiros, técnicos e pessoas de apoio em caso de irregularidades na parte financeira;
- IX- Apurar se há envolvimento de administradores e conselheiros em irregularidades financeiras;
- X- Pedir o afastamento dos administradores ou conselheiros em Assembleia Geral Extraordinária, caso seja comprovado irregularidades financeiras no **INSTITUTO ATOS DE AMOR**, por parte dos administradores ou conselheiros. Será decidido por assembléia geral extraordinária seus afastamentos após ampla defesa e contraditório.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal Financeiro se reunirá anualmente ordinariamente e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 30 – Compete ao Conselho Fiscal Executivo:


- I- Elaborar os regimes de serviços necessários, subordinados a este estatuto;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



- 
- II- Acompanhar a execução administrativa e de ações da entidade, apreciando os atos que interessem a posição patrimonial ou administrativas do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**, e dar pareceres sobre as ações ao Presidente;
  - III- Eleger, entre os seus membros, os conselheiros que comporão as comissões especiais;
  - IV- Deliberar sobre as penalidades a serem aplicadas aos conselheiros, técnicos e pessoas de apoio;
  - V- Apurar se há envolvimento de administradores e conselheiros em irregularidades;
  - VI- Pedir o afastamento dos administradores ou conselheiros em Assembleia Geral Extraordinária, caso sejam comprovadas irregularidades ou condutas não adequadas no **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
  - VII- Zelar por mobílias, imóveis, veículos, animais, e quaisquer bens de valores que estiver em nome do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
  - VIII- Zelar com a manutenção dos bens do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
  - IX- Referendar os técnicos que prestarem serviço no **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;
  - X- Acompanhar a execução orçamentária da entidade, na compra de bens para entidade;
  - XI- Denunciar ao executivo maus tratos dos bens da entidade pelos funcionários, voluntários, usuários e outros;
  - XII- Assumir a Direção do **INSTITUTO ATOS DE AMOR** no caso de afastamento/exclusão da Diretoria, pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, até que seja feita nova eleição;
  - XIII- Convocar reuniões e assembleias e assembleia geral extraordinária;
  - XIV- Manifestar sobre conduta dos associados;
  - XV- Manifestar sobre planos de trabalho.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal Executivo se reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 31 – O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 32 – As atividades dos funcionários e dos voluntários estarão no regimento interno.

Art. 33 – As atividades dos administradores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de



qualquer lucro, gratificação, bonificações ou vantagens, pelo exercício destas funções.

Art. 34 – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional e internacional.

Parágrafo Único – A entidade aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

## CAPÍTULO V - DAS ELEIÇÕES

Art. 35 – A eleição da Administração Estatutária dos Conselhos deverá ser convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias e máxima de 45 (quarenta e cinco) dias, pelo Presidente.

§1º - poderá ainda ser convocada com antecedência de até 3 (três) dias, neste caso, por metade mais um dos membros do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**;

§2º - não havendo esta providência, a eleição será realizada em Assembleia Geral Extraordinária, convocada e organizada por uma comissão de pelo menos 05 (cinco) associados quites com suas obrigações.

Art. 36 – São inelegíveis e não poderão concorrer:

- I- Os candidatos que não fizerem parte do quadro de associados fundadores, efetivos e benemérito;
- II- Os associados que tenham autorizado a inclusão de seus nomes em mais de uma chapa;
- III- Os menores de 18 (dezoito) anos;
- IV- Os associados que foram condenados criminalmente, com decisão transitada em julgado;
- V- Os associados que não estão em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 37 – O registro da chapa deverá ser requerido ao Presidente do **INSTITUTO ATOS DE AMOR** ou a Comissão Eleitoral, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do pleito.

- I- Os candidatos serão registrados através de chapa que conterà os nomes de todos os membros concorrentes;
- II- Verificando-se irregularidades na documentação apresentada, a chapa será notificada para que promova a correção no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de indeferimento de seu registro;
- III- O prazo para a impugnação da chapa ou candidatura estende-se por 72 (setenta e duas) horas, após o encerramento do prazo de registro;
- IV- O número de cada chapa será definido com o Presidente e/ou da Comissão Eleitoral, respeitando a ordem de inscrição e recebimento da documentação necessária;





V- Aceito o registro da chapa, não serão permitidas substituições de candidatos, salvo em caso de falecimento.

Art. 38 -- Para votar é necessário que o associado tenha sido admitido no quadro de associados há 06 (seis) meses, e para ser candidato, há 01 (um) ano.

§ 1º -- Em caso de impugnação de candidatura ou chapa, o julgamento caberá a uma Comissão designada pela Assembleia Geral Extraordinária.

§ 2º -- É nula a eleição quando:

- a) For realizada perante mesa não designada pela Comissão Eleitoral;
- b) Realizada em dia, hora ou local diferente ao mencionado no edital ou encerrada antes do horário previsto.

§ 3º - Caso não haja formação de chapa ou candidatos conforme art 38 a eleição da administração e dos conselhos será decidida em assembleia geral.

## CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO

Art. 39 -- O patrimônio do **INSTITUTO ATOS DE AMOR** será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

Parágrafo Único -- Os recursos do **INSTITUTO ATOS DE AMOR** serão provenientes de contribuições de associados, doações voluntárias, parcerias, patrocínios, convênios, subvenções, alugueis de imóveis, mensalidades provenientes de seu instituto educacional ou cursos que mantem ou venham a manter e qualquer outra forma lícita de captação de recursos.

Art. 40 -- No caso de dissolução do **INSTITUTO ATOS DE AMOR**, os bens remanescentes serão destinados a instituição congênere com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social -- CNAS ou a Entidade Pública.

## CAPÍTULO VII

### Das Disposições Gerais

Art. 41 -- O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** terá número ilimitado de voluntários, nos termos do § único, do Art. 1º, da Lei nº 9.608 -- Lei do Serviço Voluntário: "O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciárias e afins".

Art. 42 -- O **INSTITUTO ATOS DE AMOR** será dissolvido por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, e é exigido o voto concorde no mínimo de noventa por cento dos associados presentes na Assembleia.

Art. 43 -- O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de dois terços dos associados presentes, em Assembleia Geral Extraordinária





especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 44 – O exercício financeiro será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 45 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 46 – A Associação poderá ter um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 47 – Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação e registro no cartório, ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 48 – O **Instituto Atos de Amor** mantém sua escrituração de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 49 – O presente estatuto, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim, revoga o anterior e entra em vigor na data de seu registro em Cartório.

Campo Grande / MS, 05 de abril de 2.019.



*[Handwritten signature of Moises Fortes de Andrade]*

**Presidente**

Nome: Moises Fortes de Andrade  
CPF: 337.398.971-04

**Advogado**

Nome:  
OAB:

*[Handwritten signature of Cássia Laís Molina Soares]*  
**Cássia Laís Molina Soares**  
OAB/MS 15.170

Zamperlini • Serviço Notarial e Registral  
Av. João Rosa Pires, 928 • Bairro Amambai • CEP 79.008-050  
Fone: 67 3321 0169 • Fax: 67 3321 4022 • Campo Grande, MS

Reconheço por semelhança a firma de:  
MOISES FORTES DE ANDRADE  
Selo Digital: ABO42801-405-NOR  
Campo Grande-MS, 25/04/2019.  
Em testemunho da verdade,  
Emol: 6,00+3,00 (EUNOCC+ISS+FUNADEP+FUNDE+FEADPT)=R\$ 9,60  
VICTORIA

